



**Ceiba Desenvolvimento S.A.**

CNPJ nº 47.297.993/0001-79

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente**

Balanco Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
	Nota	2023	Nota	2023	
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	160			
Impostos a recuperar	1	1			
<b>Total do ativo</b>		<b>161</b>			
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	2	2			
Obrigações fiscais e trabalhistas	5	47			
		48			
Não circulante					
Partes relacionadas passivo	6	205			
		205			
<b>Total do passivo</b>		<b>253</b>			
<b>Patrimônio líquido negativo</b>					
Capital Social		166			
Prejuízos acumulados		(258)			
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(92)</b>			
<b>Total passivo e patrimônio líquido negativo</b>		<b>161</b>			
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>					
<b>Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>					
Prejuízo do exercício					2023
Outros resultados abrangentes					(258)
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>					<b>(258)</b>
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>					
<b>Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					2023
Prejuízo do exercício					(258)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar					(1)
<b>Aumento nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores, Contas a pagar e outras obrigações					2
Obrigações fiscais e trabalhistas					46
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>					<b>(211)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>					<b>160</b>
Aumento de caixa					166
Empréstimos coligadas					205
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>					<b>371</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>					<b>160</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					160
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>					<b>160</b>
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - Ceiba Desenvolvimento S.A. ("Companhia"), constituída em 26 de julho de 2022, com capital subscrito de R\$ 100,00 (cem reais) e não integralizado durante o ano de 2022, é uma sociedade por ações regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e outras disposições legais aplicáveis. A Companhia destaca-se em três principais áreas de atuação, conforme descrito no seu objeto social: Participação em outras empresas do grupo: A Ceiba Desenvolvimento S.A. tem como objetivo estratégico a participação em outras empresas, atuando como sócia ou acionista, tanto no território nacional quanto no exterior. Essa atuação permite à Companhia expandir sua presença no mercado, diversificar seus investimentos e gerar valor através de parcerias estratégicas. Desenvolvimento de projetos na área de energia elétrica: A Companhia é especializada no desenvolvimento de projetos no setor de energia elétrica, englobando atividades como a estruturação formal de projetos, a identificação de locais apropriados para instalação, a avaliação de viabilidade técnica e a obtenção de autorizações necessárias junto aos órgãos competentes. A Ceiba Desenvolvimento S.A. conta com uma equipe técnica qualificada, garantindo excelência e inovação em seus projetos. Execução de atividades vinculadas ao objeto social: Além das áreas primárias de atuação, a Companhia se dedica a outras atividades que estão diretamente ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. Essa abordagem flexível e abrangente permite à Ceiba Desenvolvimento S.A. adaptar-se às dinâmicas de mercado e explorar novas oportunidades de negócios. A Companhia Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é a única sócia da Companhia, evidenciando uma estrutura de propriedade concentrada e focada. A governança corporativa da Ceiba Desenvolvimento S.A. é assegurada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, operando de acordo com as leis aplicáveis. Esta estrutura é projetada para promover uma gestão eficaz, transparência e responsabilidade, alinhando os interesses da Companhia com os de seus stakeholders. Em seu contexto operacional, a Ceiba Desenvolvimento S.A. se posiciona como uma Companhia inovadora e dinâmica no mercado de energia, com um compromisso contínuo com a sustentabilidade e a eficiência. A Companhia mantém um foco estratégico na busca por crescimento sustentável e na criação de valor a longo prazo para seus investidores e para a sociedade como um todo. **1.1 Continuidade Operacional:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas sob a premissa de que a Companhia continuará suas operações. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 92. Presentemente e conta com o apoio de seu acionista.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. Ativos e passivos são ordenados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Não foram apresentados dados comparativos do período de 17 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022, pois a única transação nesse período foi a subscrição de capital social no valor de R\$ 100,00 (cem reais), o qual não foi integralizado antes de 31 de dezembro de 2022. Portanto, a Companhia não possuía saldos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, tampouco nas demais demonstrações que compõem as demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia entende que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não há estimativas e premissas contábeis críticas. **2.5. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº8 - instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - As principais políticas contábeis da Companhia são aplicadas de maneira consistente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os diretores da Companhia consideram que as políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. **b) Instrumentos financeiros: b.1) Ativos financeiros: b.1.1) Políticas contábeis:** A Companhia possui ativos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros e estão resumidas a seguir: **b.1.2) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para os ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. **b.1.3) Receita financeira:** A receita financeira

é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **c) Fornecedores:** A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros. **3.1 Novas normas e interpretações:** O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às International Financial Reporting Standards (IFRS), tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 - Sumário das principais práticas contábeis, estão em linha com as divulgações emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2023. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" também alterou, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Os normativos que entraram em vigor dentro do exercício de 2023 foram avaliados pela Companhia e não geram impacto de divulgação ou impacto material nas Demonstrações Financeiras. A seguinte alteração de norma, foi emitida pelo IASB, mas não entrou em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Quanto ao normativo que ainda não entrou em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foi identificado impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2023
Caixa e bancos	124
Aplicações financeiras de liquidez imediata	36
<b>Total</b>	<b>160</b>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras foram alocadas em títulos de CDB e Compromissadas indexadas a taxa DI de 11,65% ao ano, ambos no banco Itaú.

**5. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS**

	2023
IR sobre folho	9
INSS sobre folha	8
FGTS	8
Provisão de férias	27
<b>Total</b>	<b>47</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apenas um funcionário em seu quadro.

**6. PARTES RELACIONADAS**

	2023
Partes relacionadas	205
<b>Total</b>	<b>205</b>

Valor referente a empréstimo de Mútuo contraído com empresa do mesmo grupo econômico a Breitener Holding e Participações S.A. para custeio de suas atividades operacionais.

**7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 7.1. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$166.035,00 (R\$ 100 subscrito e não integralizado em 2022) representado por 166.035 (cento e sessenta e seis mil e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**7.2 Aumento de capital em 2023 (valores em reais):**

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Total (Em Reais)	Acionista
14/02/2023	100	R\$ 100	Leonardo Luis do Carmo e Cristina da Silva de Camargo Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
28/06/2023	165.935	R\$ 165.935	Subscrição e Integralização do Capital
<b>Total</b>	<b>166.035</b>	<b>R\$ 166.035</b>	<b>Aumento de Capital</b>

**7.3 Política de distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido da Companhia são demonstradas a seguir: (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (ii) Constituição para reserva de contingências, se proposto pela Administração e aprovado por Assembleia Geral; (iii) Pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social; (iv) Retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela Administração e aprovado por Assembleia Geral; e (v) Saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela Administração e deliberação da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar, a constituição de reserva de lucros a realizar. A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

**8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2023
Consultorias e Assessorias	(5)
Pessoal e encargos sociais	(252)
<b>Total</b>	<b>(257)</b>

Despesas relacionadas a folha de pagamento no valor aproximado de R\$ 198 e consultoria contábil.

**9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE RISCOS E VALORES JUSTOS**

**9.1. Instrumentos financeiros:** Os únicos instrumentos financeiros que a cia opera são caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras e fornecedores. **Ativos e passivos financeiros:** As práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Mensuração	2023
Caixa e bancos	4	Custo amortizado	124
Aplicações financeiras	4	Valor justo por meio do resultado	36
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>160</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>160</b>
Passivos financeiros	Nota	Mensuração	2023
Fornecedores	8	Custo amortizado	2
Outras Obrigações	8	Custo amortizado	-
Partes relacionadas	7	Custo amortizado	205
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>207</b>

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **9.2. Gestão dos riscos:** A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados. A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. No momento atual a cia não possui risco significativo a ser citado, tendo em vista a mesma se encontrar no início de suas atividades operacionais.

**10. EVENTO SUBSEQUENTE**

A Companhia, por meio de seus administradores, realizou no início de fevereiro de 2024, a recepção em sua folha de pagamentos de 33 funcionários (32 pelo regime CLT e 1 estatutário) provenientes de empresa do mesmo grupo econômico, a Portocem Geração Energia S.A., a qual se encontra em processo de compra e venda das ações de propriedade da Companhia Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com a compradora New Fort Energy. A migração destes funcionários faz parte do planejamento estratégico do grupo, que planeja estruturar seu quadro de funcionários focados na participação de futuros Leilões de Energia, na construção de termoeletricas, como também na prestação de serviços de backoffice para outras empresas do grupo econômico.

**7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 7.1. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$166.035,00 (R\$ 100 subscrito e não integralizado em 2022) representado por 166.035 (cento e sessenta e seis mil e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**7.2 Aumento de capital em 2023 (valores em reais):**

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Total (Em Reais)	Acionista
14/02/2023	100	R\$ 100	Leonardo Luis do Carmo e Cristina da Silva de Camargo Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
28/06/2023	165.935	R\$ 165.935	Subscrição e Integralização do Capital
<b>Total</b>	<b>166.035</b>	<b>R\$ 166.035</b>	<b>Aumento de Capital</b>

**7.3 Política de distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido da Companhia são demonstradas a seguir: (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (ii) Constituição para reserva de contingências, se proposto pela Administração e aprovado por Assembleia Geral; (iii) Pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social; (iv) Retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela Administração e aprovado por Assembleia Geral; e (v) Saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela Administração e deliberação da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar, a constituição de reserva de lucros a realizar. A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

**8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2023
Consultorias e Assessorias	(5)
Pessoal e encargos sociais	(252)
<b>Total</b>	<b>(257)</b>

Despesas relacionadas a folha de pagamento no valor aproximado de R\$ 198 e consultoria contábil.

**9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE RISCOS E VALORES JUSTOS**

**9.1. Instrumentos financeiros:** Os únicos instrumentos financeiros que a cia opera são caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras e fornecedores. **Ativos e passivos financeiros:** As práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Mensuração	2023
Caixa e bancos	4	Custo amortizado	124
Aplicações financeiras	4	Valor justo por meio do resultado	36
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>160</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>160</b>
Passivos financeiros	Nota	Mensuração	2023
Fornecedores	8	Custo amortizado	2
Outras Obrigações	8	Custo amortizado	-
Partes relacionadas	7	Custo amortizado	205
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>207</b>

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **9.2. Gestão dos riscos:** A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados. A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. No momento atual a cia não possui risco significativo a ser citado, tendo em vista a mesma se encontrar no início de suas atividades operacionais.

**10. EVENTO SUBSEQUENTE**

A Companhia, por meio de seus administradores, realizou no início de fevereiro de 2024, a recepção em sua folha de pagamentos de 33 funcionários (32 pelo regime CLT e 1 estatutário) provenientes de empresa do mesmo grupo econômico, a Portocem Geração Energia S.A., a qual se encontra em processo de compra e venda das ações de propriedade da Companhia Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com a compradora New Fort Energy. A migração destes funcionários faz parte do planejamento estratégico do grupo, que planeja estruturar seu quadro de funcionários focados na participação de futuros Leilões de Energia, na construção de termoeletricas, como também na prestação de serviços de backoffice para outras empresas do grupo econômico.

DIRETORIA EXECUTIVA	
Ronan Nogueira Dias Diretor Presidente	Paula Barcellos Loureiro Diretora Jurídica
Paulo Alexandre Macedo de Almeida Diretor Técnico	Romualdo de Freitas Contador - CRC/AM 016541/O-9

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas Ceiba Desenvolvimento S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ceiba Desenvolvimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ceiba Desenvolvimento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

<b>PricewaterhouseCoopers</b> Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5	<b>Patricio Marques Roche</b> Contador CRC 1RJ081115/O-4
---	--